PORTARIA Nº 7, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2020

Publicada no Boletim de Serviço de 06/02/2020. Republicada no Boletim de Serviço de 10/02/2020.

Regulamenta e consolida as normas internas relativas ao porte e o uso de arma de fogo dos integrantes das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal e dá outras providências.

O Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 5º, inc. I da Lei nº 837, de 28 de dezembro de 1994 e diante do que dispõe o artigo 6º, § 1º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 9.847, de 25 de junho de 2019, RESOLVE baixar a seguinte PORTARIA:

CAPÍTULO I DO PORTE DE ARMA DE FOGO

Art. 1º O porte de arma de fogo é deferido aos servidores das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil da Polícia Civil do Distrito Federal, em razão do desempenho de suas funções institucionais, conforme previsto do art. 6º, inc. II, da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, em seu decreto regulamentador e nos termos desta Portaria.

Art. 2º O porte de arma de fogo dos servidores de que trata esta Portaria tem validade em todo o território nacional, nos termos do art. 6º, § 1º, da Lei nº 10.826/2003.

Art. 3º O porte de arma de fogo poderá ser suspenso ou cassado, mediante ato do Diretor-Geral.

§ 1º O porte de arma de fogo será suspenso, nas seguintes situações:

- I - restrição laboral ou licença para tratamento da própria saúde, quando recomendado pela Policlínica da PCDF;
- II - suspensão decorrente de infração administrativa superior a 30 (trinta) dias;
- III - afastamento preventivo em processo administrativo disciplinar;
- IV - prisão temporária com prazo igual a 30 (trinta) dias e durante eventual prorrogação;
- V - prisão preventiva;
- VI - prisão decorrente de condenação pelo Tribunal do Júri em razão de pena igual ou superior a 15 (quinze) anos de reclusão.

§ 2º O porte de arma de fogo será cassado em caso de:

- I - exoneração do cargo efetivo;
- II - demissão;
- III - afastamento decorrente de processo de abandono de cargo.

CAPÍTULO II DA ARMA DE FOGO INSTITUCIONAL

Seção I Da cautela e do uso

Art. 4º Ao policial civil será acautelada uma arma de fogo de porte individual de propriedade da Polícia Civil do Distrito Federal, seus acessórios e respectivo Certificado de Registro Federal de Arma de Fogo - CRAF, por ocasião da posse e efetivo exercício, mediante apresentação da

carteira funcional e de memorando dirigido à Divisão de Controle de Armas, Munições e Explosivos - DAME e subscrito pelo dirigente da unidade de lotação do servidor.

§ 1º Poderá, excepcionalmente, ser acautelada uma segunda arma de fogo institucional ao policial civil, mediante solicitação fundamentada da chefia imediata, devendo haver manifestação da direção do Departamento ou unidade equivalente e anuência da Corregedoria-Geral de Polícia.

§ 2º É obrigatório o porte do respectivo CRAF da arma de fogo institucional não brasonada.

Art. 5º O policial civil deverá portar a arma de fogo institucional durante o serviço.

§ 1º O policial civil poderá portar a arma de fogo institucional fora de serviço, devendo observar as cautelas adicionais e necessárias, quando se tratar de locais onde haja aglomeração de pessoas, não sendo recomendável conduzi-la ostensivamente.

§ 2º O policial civil será responsabilizado pelo mau uso da arma de fogo que lhe foi acautelada, nos termos da legislação em vigor.

Seção II

Do recolhimento da arma de fogo

Art. 6º A arma de fogo institucional, seus acessórios e o CRAF, serão recolhidos sempre que o servidor:

I - tiver o porte de arma de fogo suspenso ou cassado, nos termos do art. 3º desta Portaria;

II - for afastado em razão de:

a) licença para tratar de interesses particulares;

b) licença por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III - for exonerado do cargo efetivo ou demitido;

IV - for indiciado em inquéritos policiais por motivo de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou tiver contra si medida protetiva judicial decretada;

V - se aposentar.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no inciso IV, do art. 6º, desta Portaria, serão observados os procedimentos previstos em norma própria.

Art. 7º O Departamento de Atividades Especiais - DEPATE, por iniciativa da DAME, regulamentará em ato próprio os procedimentos relativos ao recolhimento da arma de fogo institucional, seus acessórios e o CRAF.

Seção III

Do extravio, dano ou subtração

Art. 8º O policial civil que, mesmo fora de serviço, tiver a arma de fogo sob a sua cautela subtraída, extraviada ou danificada, somente terá outra arma acautelada após a instauração de dossiê apuratório e manifestação fundamentada da chefia imediata, da direção do Departamento respectivo ou unidade equivalente e a anuência da Corregedoria-Geral de Polícia.

Parágrafo único. O dossiê apuratório é aquele de que trata a Instrução Normativa nº 51, de 18 de julho de 2000, ou norma que venha a substituí-la.

Art. 9º O policial civil que tiver a arma de fogo sob a sua cautela apreendida por qualquer motivo, somente terá outra arma acautelada após a manifestação fundamentada da chefia imediata, e a anuência da direção do Departamento respectivo ou unidade equivalente e da Corregedoria-Geral de Polícia.

CAPÍTULO III DA ARMA DE FOGO PARTICULAR

Art. 10. O policial civil poderá portar arma de fogo particular devidamente registrada em seu nome, nos períodos de folga e durante o serviço.

Parágrafo único. É obrigatório o porte do respectivo CRAF da arma de fogo a que se refere o caput deste artigo.

Art. 11. Ao servidor que estiver com restrição laboral ou quando a Policlínica recomendar a suspensão do porte ou recolhimento da arma institucional, por motivos de saúde, ser-lhe-á solicitado que voluntariamente entregue sua arma de fogo particular.

Parágrafo único. A arma de fogo será entregue ao chefe imediato que providenciará sua remessa à DAME, onde permanecerá custodiada até o fim da restrição laboral ou da recomendação da Policlínica.

CAPÍTULO IV DA CONSERVAÇÃO DE PORTE DE ARMA DE FOGO

Art. 12. Ao requerer a aposentadoria, o servidor policial civil interessado em obter a autorização para conservação do porte de arma de fogo deverá apresentar à DAME, requerimento dirigido à Direção-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal.

Art. 13. Recebido o requerimento, a DAME solicitará à Policlínica informações sobre eventuais restrições impostas ao interessado para portar armas durante o exercício das funções do cargo.

Parágrafo único. A Policlínica analisará os assentamentos de saúde do servidor e, caso entenda necessário, recomendará, fundamentadamente, sua submissão prévia ao teste de avaliação da aptidão psicológica, previsto no artigo 4º, inciso III, da Lei nº 10.826/2003.

Art. 14. Recebida a resposta da Policlínica, a DAME realizará pesquisas dos antecedentes criminais do requerente junto aos sistemas da Polícia Civil do Distrito Federal e da Polícia Federal e, caso conste alguma pendência, o requerente deverá apresentar certidões das varas criminais às quais foram distribuídos os processos, bem como certidão negativa criminal expedida pelo respectivo cartório de distribuição.

Art. 15. Após a instrução do procedimento, a DAME encaminhará o feito à Direção-Geral, via DEPATE, com manifestação sobre o pedido de conservação de porte de arma de fogo.

Parágrafo único. As manifestações da DAME que forem desfavoráveis ao pedido, deverão ser devidamente fundamentadas.

Art. 16. O servidor aposentado interessado em renovar a autorização para conservação do porte de arma de fogo deverá apresentar requerimento, nos termos previsto no art. 11 desta Portaria, com antecedência mínima de 30 dias do vencimento da autorização.

§ 1º O servidor aposentado será encaminhado à Policlínica para submeter-se ao teste de aptidão psicológica, previsto no artigo 4º, inciso III, da Lei nº 10.826/2003.

§ 2º É facultado aos não residentes no Distrito Federal a avaliação por psicólogo credenciado pela Polícia Federal para o mesmo fim.

§ 3º Na hipótese do § 2º deste artigo, o requerente deverá apresentar o laudo de avaliação psicológica juntamente com o pedido de conservação de porte de arma.

§ 4º Recebida a resposta da Policlínica, serão adotados os mesmos procedimentos previstos nos artigos 13 e 14 desta Portaria.

Art. 17. Caso o requerente seja considerado inapto poderá submeter-se a nova avaliação após o decurso do prazo de 180 (cento e oitenta) dias ou em período indicado pelo psicólogo responsável pela avaliação.

Art. 18. A autorização para conservação do porte de arma de fogo do servidor aposentado terá validade de 10 (dez) anos, a contar da data do ato que concedeu a sua aposentadoria ou da data do último teste de avaliação da aptidão psicológica realizado pela Policlínica.

Parágrafo único. A autorização de conservação de porte de arma de fogo será revogada:

- I - em caso de cassação de aposentadoria;
- II - quando ocorrer a hipótese do art. 22, inc. I e seu § 2º, da Lei nº 11.340/2006 e,
- III - nas situações previstas nos incisos IV, V e VI, do art. 3º, desta Portaria.

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Quando o servidor policial não estiver ostentando colete, camiseta, distintivo ou qualquer outro meio de identificação inequívoca como policial civil, a arma de fogo deve ser portada preferencialmente de forma não ostensiva.

Art. 20. O CRAF relativo à arma de fogo de uso coletivo pertencente à Polícia Civil do Distrito Federal será acautelado ao dirigente da unidade que receber a arma.

Art. 21. O caput do artigo 26, da Instrução Normativa nº 155, de 30 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. A Policlínica poderá sugerir a suspensão do porte de arma de fogo do servidor com restrição laboral ou em licença para tratamento de saúde, devendo ser observado, no que couber, norma interna que regulamente o porte de arma de fogo."

Art. 22. Compete ao Diretor do DEPATE no âmbito de suas atribuições, expedir normas complementares a esta Portaria, inclusive as referente à aquisição de arma de fogo particular, nos termos da legislação em vigor.

Art. 23. Ficam expressamente revogadas as seguintes normas:

- I - Portaria nº 25, de 28 de junho de 2010;
- II - Instrução Normativa nº 131, de 17 de dezembro de 2008;
- III - Instrução Normativa nº 160, de 24 de junho de 2014;
- IV - Instrução Normativa nº 133, de 5 de junho de 2009 e,
- V - Ordem de Serviço nº 6, de 7 de fevereiro de 2012, do DEPATE.

Art. 24. Ficam derogados os dispositivos da Portaria nº 40, de 23 de agosto de 2013, que tratem do recolhimento de arma de fogo, acessórios e CRAF, mantendo-se em vigor as demais disposições da referida norma.

Art. 25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em Boletim de Serviço.